



História, Cultura, Turismo e Desenvolvimento Industrial se misturam na Rota Imperial São Pedro D'Alcântara que insere o Espírito Santo no âmbito da Estrada Real reproduzindo caminhos abertos no início do século XIX. A história dessas vias começa durante o período de exploração do território nacional em busca de ouro.

Para controlar o trânsito de mercadorias no Brasil, a Coroa Portuguesa proibiu a abertura de estradas na capitania do Espírito Santo em direção à Minas Gerais. Somente com o declínio da exploração aurífera e com a chegada da família real ao país a rota foi oficialmente aberta.

Concluída em 1816, definiu o intercâmbio entre as cidades de Ouro Preto (MG) e Vitória (ES), consolidando a ocupação do território nos locais por onde passava.

O marco zero é o Palácio Anchieta, em Vitória, e de lá a rota prossegue até Ouro Preto. No percurso, passa por 14 municípios capixabas e 17 mineiros. O trajeto é a reprodução do caminho usado por Dom Pedro II para chegar a Santa Leopoldina.

Além de histórias para contar, a Rota Imperial traz muitas descobertas e paisagens de encher os olhos. Começa no mar, na baía de Vitória, no Espírito Santo, e vai até Ouro Preto, em Minas Gerais, uma das principais cidades históricas do Brasil.

A exuberante mata atlântica, rica na variedade de orquídeas e bromélias, torna o caminho mais prazeroso, preenche os imensos vales, as altas montanhas e abriga as numerosas cachoeiras.

No século XIX, os imigrantes europeus encontraram nessas terras seu refúgio, onde se fazem presentes até os dias de hoje, nas tradições e nos costumes passados de geração em geração.

São descendentes de italianos, alemães, pomeranos, tirolezes e austríacos que traduzem a diversidade na religiosidade, na língua, na arquitetura, na culinária e no modo de vida simples.

Os costumes deixados pelos italianos também proporcionaram o surgimento do agroturismo. Além disso, o calendário é repleto de festas o ano inteiro, reunindo manifestações culturais que atraem público do Brasil e do mundo.

Abaixo está alguns argumentos que justificam o enquadramento da "Estrada de Santa Teresa" e o município de Santa Teresa, ES, no contexto da "Rota Imperial da Estrada Real":



I – A Carta Régia de 4 de dezembro de 1816.

Esta Carta Régia de D. João VI, escrita ao Governo do Espírito Santo (Governador Francisco Alberto Rubim), logo após a conclusão da abertura da “Estrada Real São Pedro de Alcântara”, em agosto de 1816, estabelecia os princípios para seu funcionamento e para sua atividade, como agente de ocupação do espaço geográfico, social, político e econômico, falando de lavra de ouro, tratamento a ser dado aos indígenas, navegabilidade de rios, riquezas exploráveis, isenção de impostos, e, muito importante, a abertura de outras estradas complementares a “Estrada Real” visando o pleno sucesso da iniciativa. É neste último item que perfeitamente se enquadra a “Estrada de Santa Teresa” como uma continuadora ou complementadora da “Rota Imperial da Estrada Real” ligando Santa Leopoldina a Santa Teresa. Com argumentos semelhantes outras regiões passaram a integrar a área de atuação da “Rota Imperial da Estrada Real” como o município de Santa Maria de Jetibá, o município de Ibitirama (pela existência da estrada complementar ligando o então Quartel de Santa Cruz a região da serra do Alegre, em 1845) e o município de Castelo (pela estrada complementar que ligava o Aldeamento Imperial Afonsino, hoje Conceição do Castelo e chegava ao Itapemirim, em 1845, seguindo o vale do rio Castelo). Além destes municípios capixabas temos exemplos, em situações similares, de municípios em Minas Gerais como Martins Soares, Alto Jequitibá e Caparaó incorporados à “Rota Imperial da Estrada Real”.

II – Informações do Engenheiro Henrique Dumont.

Em 1855, o Engenheiro – chefe do Governo de Minas Gerais, Henrique Dumont (pai de Alberto Santos Dumont) procurando uma melhor forma de intensificar a ligação da então capital de Minas Gerais, Ouro Preto, a Vitória e seu porto, fez um levantamento técnico de possíveis estradas entre as duas regiões e citou a importância da então “Estrada São Pedro de Alcântara”, hoje “Rota Imperial da Estrada Real” e especulou sobre a viabilidade de outra estrada via rio Doce. Este mesmo engenheiro, em laudo de 10 de setembro de 1857, ao complementar seu trabalho, reafirmou a prioridade e



convicção de ser a “Estrada São Pedro de Alcântara” a melhor opção e trata da “Estrada de Santa Teresa”, de 1848, como uma extensão da própria “Estrada São Pedro de Alcântara”, já naquela época.

Pelo exposto concluímos que a “Estrada de Santa Teresa”, ao ser construída em 1848, estava, de certa forma, atendendo aos propósitos de D. João VI de necessidade de estradas complementares a então Estrada Real, o que de fato foi realidade, conforme o laudo do citado Engenheiro Henrique Dumont, em 1857, que já a considerava uma natural extensão da ligação Ouro Preto a Vitória.

O enquadramento da “Estrada de Santa Teresa” e do município de Santa Teresa como área da “Rota Imperial da Estrada Real”, nada mais contempla que uma verdade histórica já consagrada no passado.